

O MOVIMENTO DOS ALIMENTOS NO ESPAÇO: O CASO DO MUNICÍPIO DE TUPI PAULISTA/SP*

Valmir José de Oliveira Valério

Mestre e doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

valjvalerio@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Atualmente a produção, distribuição e o consumo de alimentos encontram-se submetidos ao crivo do capital, tanto a montante, com a imposição de equipamentos e insumos industriais, como a jusante, quando os preços controlados pelo capital comercial e industrial prejudicam produtores e consumidores. O abastecimento alimentar necessita do encontro entre formas diferenciadas do espaço, nas quais rural e urbano expressam complementaridade e interdependência. Entretanto, esse encontro ocorre segundo diferentes formatações, que implicam no envolvimento de mais ou menos sujeitos (atravessadores), com conteúdos mais ou menos alargados em termos de deslocamento dos alimentos no espaço (transporte e armazenagem) e, em consequência, de deterioração/desperdício, preços e acesso das pessoas aos alimentos, principalmente para as famílias de baixa renda.

Nesse contexto, este artigo analisa as principais características do abastecimento de hortifrúteis, especificamente nos estabelecimentos da área urbana do município de Tupi Paulista/SP (supermercados, mercados e mercearias) e a feira-livre, sobretudo quanto aos **circuitos espaciais** e às distâncias percorridas por tais alimentos da produção ao consumo. Os circuitos espaciais de produção dizem respeito às diferentes etapas pelas quais passam determinados produtos, “desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 1996, p. 49). Neste trabalho, denomino como circuitos alimentares a totalidade das etapas pelas quais passam os alimentos desde o campo até o consumidor final. Com isso, avalio ainda os significados do abastecimento alimentar em relação aos conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar.

De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), a **segurança alimentar** diz respeito ao atendimento consistente das necessidades alimentares de uma dada população ou país. Isso seria efetivado através do “**acesso físico e econômico** a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva” (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2014) (Grifos meus), sem considerar quem produz, onde e como os alimentos são produzidos. Já a soberania alimentar refere-se ao direito de todos os povos e países a decidirem suas

próprias políticas de agricultura e alimentação, de maneira a privilegiar a produção local para abastecimento local e regional (VIA CAMPESINA, 1996).

Desse modo, apresento a seguir uma análise do abastecimento alimentar referenciada nos conceitos de segurança e soberania alimentar, mais especificamente em relação aos circuitos espaciais e às distâncias percorridas pelos alimentos. Vale lembrar que as características da produção e do abastecimento alimentar começam a se definir antes mesmo da semente ser lançada na terra, com a especificidade dos processos utilizados (agroecológicos, mecanizados, quimicalizados, etc.) e da origem dos materiais e insumos empregados. Entretanto, dados os limites e objetivos deste artigo, privilegio a abordagem dos circuitos alimentares e das distâncias percorridas pelos alimentos.

Portanto, tendo em vista os conceitos de segurança e soberania alimentar, questiono qual a segurança do atual sistema hegemônico de produção e abastecimento alimentar, referenciado na generalização do deslocamento dos alimentos no espaço. Nesse sentido, a partir do caso do município de Tupi Paulista/SP, busco identificar e analisar as principais características do abastecimento alimentar hortifrúti dos estabelecimentos da área urbana do município, considerando o ano de 2014. Com isso, espero oferecer elementos que auxiliem na compreensão da lógica espacial por detrás dos caminhos percorridos pelos alimentos.

Para atingir os objetivos estabelecidos, foram utilizados dados e informações primárias, obtidas a partir de trabalhos de campo realizados no município de Tupi Paulista/SP no ano de 2014, sobretudo quanto às origens dos alimentos comercializados pelos estabelecimentos da área urbana e, dados secundários, adquiridos por meio da Central de Abastecimento (CEASA) de Londrina/PR e Central de Abastecimento de Presidente Prudente/SP.

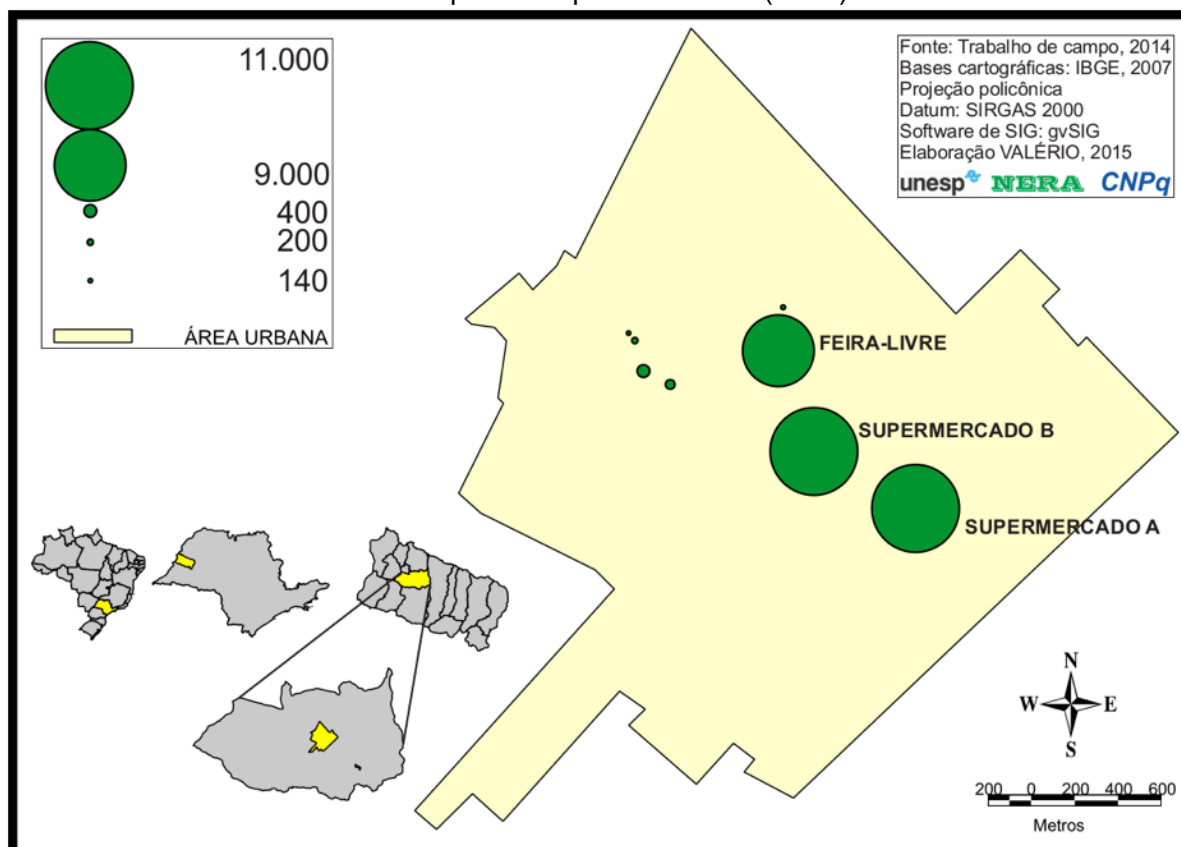
O ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE TUPI PAULISTA/SP

A população da área urbana do município de Tupi Paulista/SP tem como possibilidades de aquisição dos alimentos hortifrúti necessários à sua satisfação: dois supermercados, cinco mercados e uma feira-livre semanal. No total, considerados todos os pontos fixos de comercialização de alimentos (supermercados e mercados), mais a feira-livre, foram encontrados 97 tipos de hortifrúti [1].

Em relação às **quantidades totais comercializadas** (Mapa 01), a despeito de não ser possível apontar os números com precisão, as estimativas realizadas com base nos depoimentos dos responsáveis pelos pontos de comercialização de hortifrúti, dão conta de que aproximadamente 32.200 kg de frutas, legumes e verduras são vendidos semanalmente no município. Desse total, 68% (22.000 kg/semana) são comprados nos dois

supermercados. A feira-livre é responsável por cerca de 28% (9.000 kg/semana) do abastecimento total e os cinco mercados por algo em torno de 4% (1.200 kg/semana).

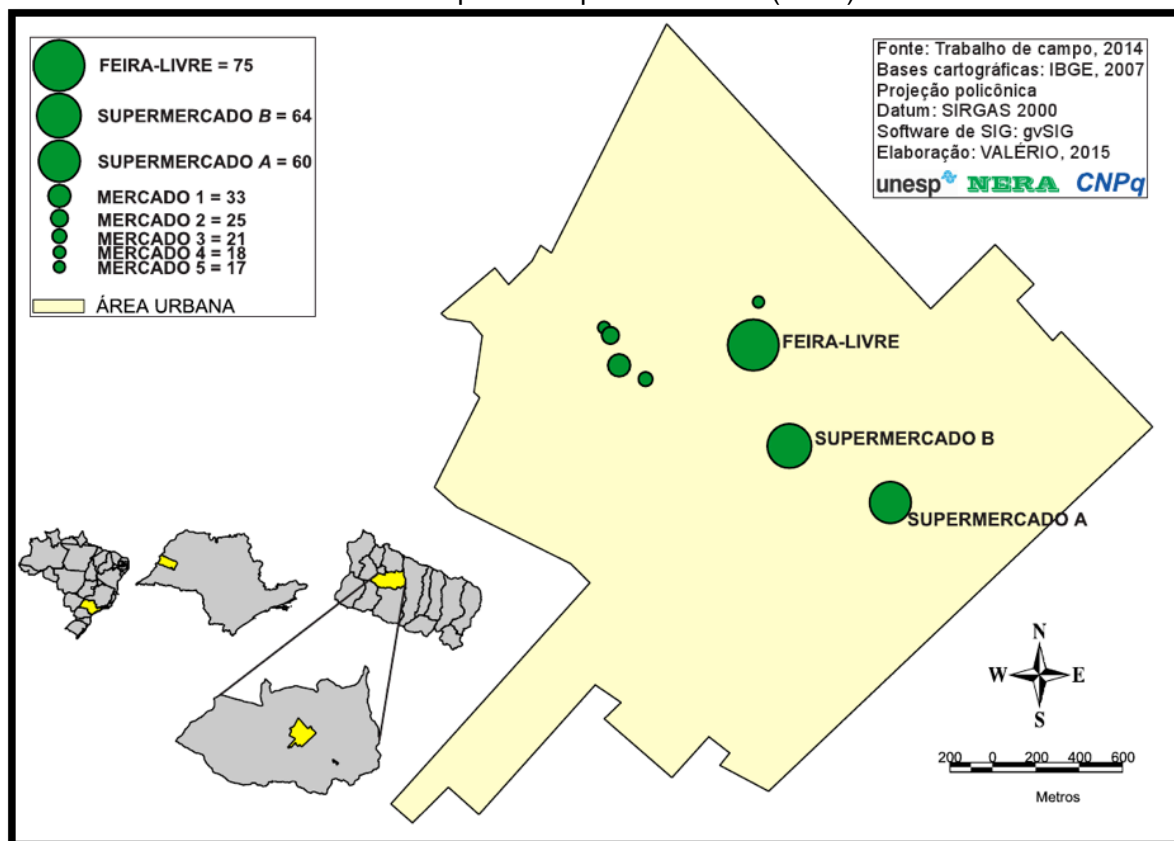
Mapa 01: Quantidade de hortifrúti (kg) comercializados semanalmente na área urbana do município de Tupi Paulista/SP (2014)



Fonte: Trabalho de Campo, 2014. Elaboração: VALÉRIO, 2015.

Ambos os supermercados têm a aquisição externa ao município como principal estratégia de compra dos hortifrúti para comercialização. No entanto, enquanto um é abastecido por uma diversidade de fornecedores de outros municípios, regiões e estados, outro utiliza de recursos próprios para buscar ele mesmo em outras regiões e estados os alimentos que disponibiliza para a venda na área urbana do município, adquirindo em Tupi Paulista/SP e municípios próximos apenas as verduras e algumas frutas e legumes.

Quando consideramos o **número de tipos** de hortifrúti disponíveis (Mapa 02), dentre os 97 tipos identificados, a maioria é encontrada na feira-livre. No bojo da diversidade disponível diariamente na área urbana do município, já que a feira-livre ocorre apenas uma vez por semana, os supermercados detêm a maior parte, com números aproximados de tipos de alimentos encontrados em um e outro.

Mapa 02: Número de **tipos** de hortifrúti comercializados na área urbana do município de Tupi Paulista/SP (2014)

Fonte: Trabalhos de Campo, 2014. Elaboração: VALÉRIO, 2015.

Excluídos os que se repetem, juntos, os dois supermercados possuem 82 tipos de hortifrúti disponíveis para os consumidores da área urbana de Tupi Paulista/SP. Os demais pontos de comercialização de frutas, legumes e verduras detêm, em média, 23 tipos para cada estabelecimento. No total, os cinco mercados distribuídos na área urbana disponibilizam, juntos, 43 tipos de hortifrúti para comercialização. Impossibilitados de acessar outros fornecedores, sobretudo devido à reduzida escala de compra semanal, os estabelecimentos menores compram principalmente de atravessadores que transportam três vezes por semana os hortifrúti encomendados pelos comerciantes locais, a partir da CEASA de Presidente Prudente/SP.

Para um dos supermercados (“B”), a principal origem de compra é a CEASA de Londrina/PR, na qual adquire aproximadamente 60% dos hortifrúti comercializados, com o restante satisfeito na CEASA de Presidente Prudente (20%) e produtores do próprio município de Tupi Paulista/SP e região (20%). No outro supermercado (“A”), apesar de uma pauta mais variada de fornecedores, prevalece o abastecimento a partir de atravessadores, especialmente da CEASA de Presidente Prudente/SP, na qual são adquiridos cerca de 40% dos hortifrúti, complementados com 40% procedentes de Tupi Paulista/SP e municípios

próximos e outros 20% do município de Bauru/SP. Tendo em vista que os mercados menores também têm como principal rota de abastecimento a CEASA de Presidente Prudente/SP, **mais de 50% dos hortifrúteis comercializados no município têm como origem as CEASAS de Londrina/PR e Presidente Prudente/SP** (Quadro 01).

Quadro 01: Participação das procedências dos hortifrúteis (%) no abastecimento dos estabelecimentos e feira-livre do município de Tupi Paulista/SP

PROCEDÊNCIAS	SUPERMERCADO A			SUPERMERCADO B			MERCADOS	FEIRA-LIVRE		
	% DA ORIGEM POR ESTABELEC.	40	40	20	80	20		70	30	70
% DA ORIGEM NO MUNICÍPIO	13,6	13,6	6,8	27,2	6,8	2,8	8,4	19,6		
(%)	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
ORIGEM	CEASAS DE LONDRINA/PR E PRES. PRUDENTE/SP			TUPI PAULISTA E REGIÃO			BAURU			

Fonte: Trabalho de Campo, 2014. Elaboração: VALÉRIO, 2015.

As análises relativas às procedências indicam o predomínio do abastecimento alimentar (hortifrúti) externo ao município e região próxima, tanto nos supermercados como também nos mercados menores e na feira-livre. Quando consideramos os volumes totais por procedência, fica clara a superioridade dos fluxos externos ao município de Tupi Paulista/SP e região, pois as procedências da CEASA de Londrina/PR e CEASA de Presidente Prudente/SP, somadas às de fornecedores de Bauru, representam aproximadamente 60% do total comercializado no município (Tabela 01):

Tabela 01: Volumes totais de hortifrúti comercializados semanalmente no município de Tupi Paulista/SP por procedência

ORIGEM	TOTAL (kg)	TOTAL (%)
CEASAS (Londrina e Presidente Prudente)	16.744	52
TUPI PTA. e REGIÃO	13.266,4	41,2
BAURU	2.189,6	6,8
TOTAL MUNICÍPIO	32.200	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2014. Elaboração: VALÉRIO, 2015.

Não obstante as principais origens apontadas, permanecem ocultas as procedências específicas de tais alimentos, devido ao fato de que a maioria das origens apontadas corresponde a **pontos de intermediação de mercadorias** (CEASAS e Distribuidores de alimentos) e não exatamente às suas procedências específicas. Desse modo, analiso a seguir os caminhos existentes entre a produção e o consumo dos hortifrúti comercializados na área urbana do município de Tupi Paulista/SP, especialmente quanto aos circuitos espaciais e às distâncias percorridas pelos alimentos.

O VAI E VEM DA COMIDA: O MOVIMENTO DOS ALIMENTOS NO ESPAÇO

Quando faço referência ao movimento dos alimentos no espaço, não quero com isso reduzir o espaço à dimensão das distâncias, mas sim enfatizar a importância da identificação dos circuitos espaciais e das distâncias percorridas pelos alimentos que abastecem determinado recorte territorial na caracterização do sistema alimentar hegemônico. Assim, com base na constatação de que a maioria dos hortifrúti comercializados na área urbana de Tupi Paulista/SP procede das CEASAS de Londrina/PR e Presidente Prudente/SP, analiso a seguir as principais origens dos hortifrúti que abastecem as referidas Centrais de abastecimento, assim como a lógica que dita o movimento dos alimentos. Com isso, espero aprofundar a análise acerca das procedências dos alimentos que abastecem os estabelecimentos do município em estudo, assim como dos caminhos por detrás dos alimentos.

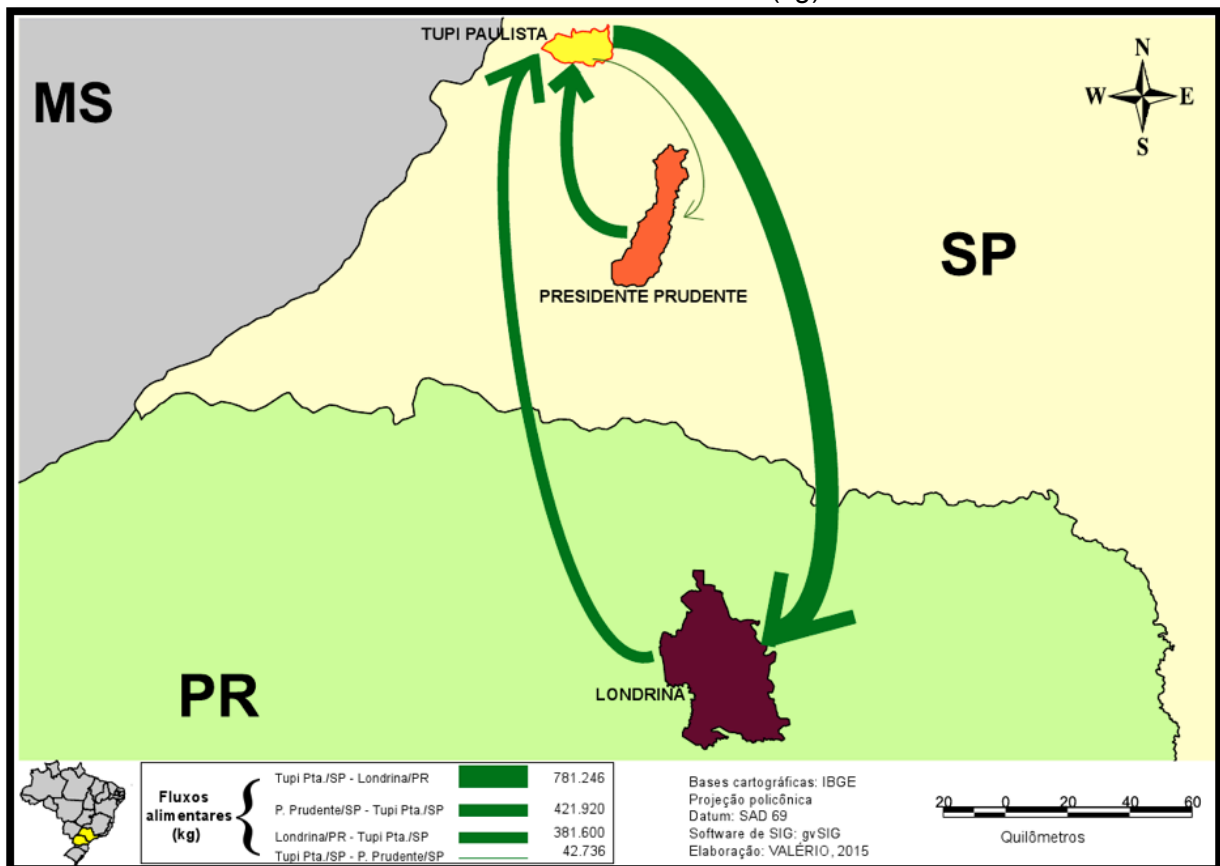
Devido às generalizações que resultam da sistematização dos dados para representação cartográfica, os números encobrem rotas implícitas a outras procedências que, devido à metodologia utilizada, limita-se aos dados de origem constantes nas notas fiscais emitidas quando da comercialização dos produtos. Segundo informações de funcionários do setor administrativo da CEASA de Presidente Prudente/SP, produtores que não possuem notas fiscais comercializam sua produção com outros produtores e/ou intermediários (atravessadores) de outros municípios. Os fornecedores “oficiais” encobrem, assim, muitos outros fornecedores, o que sugere a participação de procedências ausentes

na base de dados, porém, fundamentais na composição da pauta de alimentos intermediados, ou seja, **fornecedores ocultos**.

A vigência do atual sistema hegemônico de produção e abastecimento alimentar (segurança alimentar) privilegia o lucro dos atravessadores em detrimento da qualidade dos alimentos, devido ao imperativo da generalização dos deslocamentos dos alimentos no espaço. Favorece ainda a ausência de preços minimamente remuneradores para os produtores locais e, por outro lado, altos preços para os consumidores finais, que pagam valores até cinco vezes superiores àqueles pagos aos produtores no campo (VIVAS, 2010). É nesse ponto que questionamos os sentidos e interesses subentendidos ao movimento dos alimentos no bojo do atual sistema hegemônico de produção e distribuição (segurança alimentar).

É uma via de mão dupla. **Comida que vai, comida que vem**. Quando vai, perdem os produtores, devido aos baixos preços pagos pelos produtos comercializados de acordo com as cotações do mercado e, a economia local de maneira geral, devido à drenagem da renda para outras regiões. Quando vem, perdem os consumidores, com **alimentos viajados**, mais caros e com qualidade inferior àquela que seria possível caso os alimentos fossem produzidos e consumidos em um contexto de soberania alimentar, ou seja, produção e consumo local e regional.

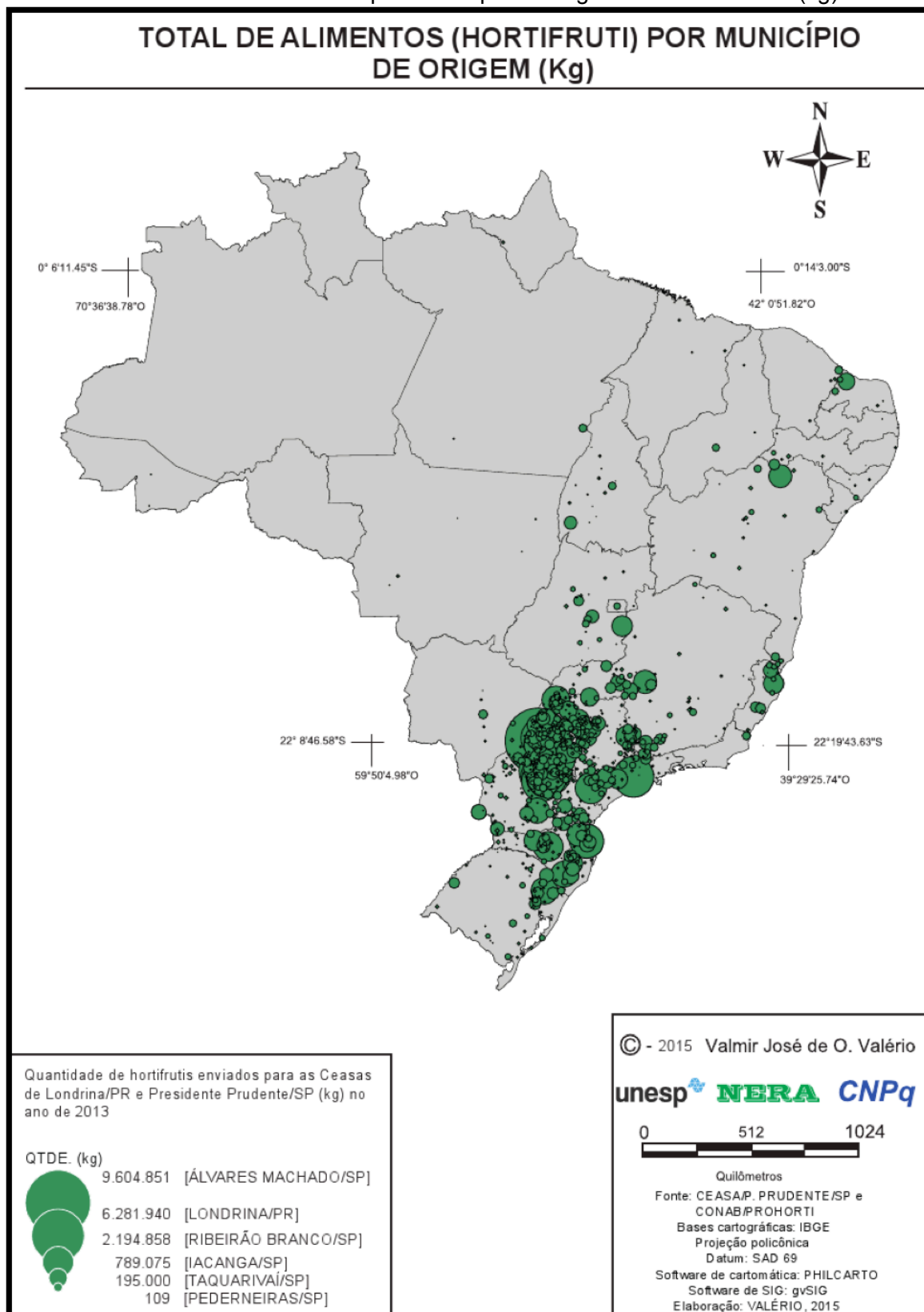
O caso dos mesmos tipos [2] de alimentos (hortifrúti) produzidos em Tupi Paulista/SP e enviados para serem vendidos nas CEASAS de Londrina/PR e Presidente Prudente/SP (Mapa 03) e, em seguida, adquiridos pelos estabelecimentos de comercialização de alimentos da área urbana de Tupi Paulista/SP a partir das próprias CEASAS para serem revendidos aos consumidores locais, ilustra essa confusa racionalidade que faz do alimento uma mercadoria que se valoriza ao sabor dos deslocamentos no espaço, em um “vai e vem” cuja prioridade remonta no distanciamento cada vez maior entre os extremos da alimentação, ou seja, entre produtores e consumidores.

Mapa 03: Fluxos alimentares entre Tupi Paulista/SP, Presidente Prudente/SP e Londrina/PR no ano de 2013 (kg)

Fonte: CEASA de Presidente Prudente/SP (BOCARDI, 2015) e CONAB/PROHORTI.
 Elaboração: VALÉRIO, 2015.

Além disso, os fluxos alimentares derivados das CEASAS de Londrina/PR e Presidente Prudente/SP têm como origem centenas de municípios de todas as regiões do Brasil (Mapa 04). A síntese das procedências dos hortifrúteis comercializados pelas Centrais de Abastecimento de Londrina/PR e Presidente Prudente/SP (**origens da maioria dos hortifrúteis comercializados na área urbana de Tupi Paulista/SP**) pode, em uma interpretação apressada, conduzir a entendimentos equivocados quanto ao predomínio das procedências. Ao contrário do que a concentração das “origens” nas porções Oeste do estado de São Paulo e Norte do Paraná possa induzir quanto a uma aparente preponderância das procedências restritas aos dois estados, a existência de fornecedores ocultos alarga consideravelmente a dimensão das distâncias percorridas pelos alimentos (hortifrúteis), conforme citado anteriormente.

Mapa 04: Quantidade de hortifrúts comercializados com as CEASAS de Londrina/PR e Presidente Prudente/SP por município de origem no ano de 2013 (kg)



Fonte: CEASA/Presidente Prudente/SP (BOCARDO, 2015); CONAB/PROHORTI, 2013.
Elaboração: VALÉRIO, 2015.

O termo *atravessador* é oportuno para entendermos seu papel internamente ao fenômeno da alimentação, pois, tais sujeitos encontram-se localizados hierarquicamente entre os extremos do fenômeno alimentar, de modo a oportunamente atravessar o caminho entre produtor e consumidor para, assim, consolidar a separação que permite o controle dos fluxos entre ambos, condição que submete produtor e consumidor ao crivo da lógica da mercadoria. Conforme indicam Montagut e Vivas (2009), a alimentação atualmente não é um direito garantido, pelo fato de que o crescente monopólio do setor agroalimentar submete a necessidade de comer ao lucro do capital comercial. Isso é o que explica a aparente ausência de sentido dos fluxos alimentares entre Tupi Paulista/SP e Londrina/PR, pois o desencontro entre produção e consumo local resulta da vigência do atual sistema de produção e consumo que, ao privilegiar o lucro dos atravessadores, institucionaliza a irracionalidade que faz com que os alimentos peregrinem por todo o território nacional.

Nesse contexto, mediante distintas temporalidades, o encontro entre os extremos entendidos da produção ao consumo de alimentos ocorre envolvendo mais ou menos sujeitos, mais ou menos deslocamentos e manipulações, mais ou menos atravessadores que, estrategicamente localizados, fazem da desarticulação entre os pontos potencialmente habilitados na constituição do território-rede (HAESBAERT, 2010) que caracteriza o abastecimento alimentar, uma oportunidade de negócio. Essa oportunidade de negócio é aproveitada pelo capital comercial via atuação de grandes atacadistas e transportadores que, beneficiados pela vigência dos circuitos longos, garantem seus lucros com a generalização do abastecimento alimentar via deslocamento dos alimentos no espaço.

De acordo com Santos (2004), devido a sua dupla ligação com o circuito inferior e superior, atacadistas e transportadores atuam segundo atividades do tipo misto, pois:

Ambos têm laços funcionais tanto com o circuito superior como com o circuito inferior da economia urbana e regional. O atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de **intermediários**, que chega frequentemente ao nível do “feirante”, ou do simples vendedor ambulante. Através desses intermediários e pelo crédito, o atacadista leva um grande número de produtos aos níveis inferiores da atividade comercial e fabril e, assim, a uma gama extensa de consumidores. [...] Elemento integrante do circuito superior, o atacadista é também o cume do circuito inferior (SANTOS, 2004, p. 41. Grifo meu).

Conforme nos indicam Santos e Silveira (2001, p. 148), a rede CEAGESP/CEASA consolida no território circuitos de distribuição e consumo que asseguram a presença da produção agrícola num **território unificado pelo mercado**. De acordo com os autores, ao prolongar o tempo de estocagem e emitir *warrants* [3], a rede CEASA regula os calendários de circulação das mercadorias, o que interfere tanto nos

circuitos espaciais de produção quanto nos círculos de cooperação. A rede fornece “os instrumentos materiais para armazenagem e os instrumentos financeiros para operações em bancos e bolsas de mercadorias” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 149).

Cunhado por Santos (2004) inicialmente para os estudos relacionados à economia urbana, a noção de circuitos espaciais foi desenvolvida tendo em vista o processo de modernização que levaria a configuração dos dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos: o *superior* e o *inferior*. Os *circuitos superiores* seriam aqueles com maior densidade de capital e tecnologia, predominantes nas grandes corporações com atuação tanto nacional como internacional. Já os *circuitos inferiores* seriam aqueles intensivos em mão de obra, nos quais haveria predomínio da economia informal configurada principalmente na **escala local**. Estes circuitos dividiriam os mercados de acordo com as condições materiais dos sujeitos, pelo fato de que:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2004, p. 37).

Nesse sentido, analiso os *circuitos longos* (grandes deslocamentos entre a produção e o consumo) associados ao que o autor denomina como *circuitos superiores* e os *circuitos curtos* (prevalência das relações de proximidade) no âmbito dos *circuitos inferiores*. Poderíamos, ainda, associar os circuitos longos à segurança alimentar (abastecimento referenciado no deslocamento dos alimentos no espaço) e os circuitos curtos à soberania alimentar (abastecimento preferencialmente local/regional).

Produto da prevalência dos circuitos longos no abastecimento alimentar, a ativação de redes de transporte resulta na intensificação do modal rodoviário, o que implica em um grande número de caminhões nas já saturadas estradas e rodovias brasileiras, além da poluição advinda do aumento da emissão de monóxido de carbono. Ademais, o atual modelo de abastecimento alimentar corrobora com os interesses da indústria automobilística (e da “indústria” dos pedágios), pelo fato de demandar intensa utilização de caminhões, o que inclui peças, pneus, combustíveis fósseis e toda uma miríade de produtos que passam a entrar no cômputo do preço final dos alimentos, condição na qual perdem produtor, consumidor, a sociedade.

Mais que um fenômeno proveniente do simples desequilíbrio entre oferta e demanda ou de um tipo de efeito malthusiano, [4] atualmente a fome e a subnutrição

derivam, principalmente, da falta de recursos econômicos para as pessoas comprarem os alimentos necessários à satisfação das suas necessidades alimentares. No bojo do atual sistema hegemônico de produção e abastecimento alimentar (segurança alimentar) os alimentos são produzidos prioritariamente para a **venda-revenda** [5] e o lucro, sobretudo dos atravessadores ligados ao capital comercial, que especulam com a alimentação das pessoas e deixam reféns os produtores no campo e os consumidores na cidade.

Sujeitos a um movimento que encontra lógica apenas no âmbito da manutenção das taxas de lucro dos atravessadores (conforme ilustra o Mapa 03, já apresentado anteriormente), o “vai e vem” dos alimentos resulta, de imediato, na depreciação da qualidade, no aumento dos desperdícios e dos preços para o consumidor final e, como produto disso, na redução do acesso das pessoas aos alimentos, principalmente para as populações de baixa renda.

Portanto, a defesa da soberania alimentar (na dimensão do movimento dos alimentos no espaço) traz em si a necessidade de rompimento com a atual formatação que tem nos atravessadores os sujeitos que, estrategicamente localizados entre produtores e consumidores, transformam o controle dos fluxos entre ambos no trunfo que lhes assegura o direito de cobrar de toda a sociedade pela “realização” da alimentação.

Mesmo que produtores e consumidores estejam próximos, como no caso identificado nesse estudo, a lógica de peregrinação dos alimentos se impõe em nome do lucro dos setores intermediários. Disso resulta o movimento de “vai e vem” dos alimentos que, uma vez produzidos em Tupi Paulista/SP, são comercializados com diversos atravessadores para, posteriormente, serem comprados pelos comerciantes locais e, só então, serem disponibilizados para a comercialização na área urbana do município. Portanto, a busca pela construção da soberania alimentar implica na busca pelo estreitamento entre os extremos da alimentação, de maneira a proporcionar o encontro direto entre aqueles que produzem e aqueles que consomem alimentos, o que contribui para o fortalecimento das famílias camponesas, melhoria da qualidade dos alimentos disponibilizados, redução dos preços e, com isso, para a redução da fome e da subnutrição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa é a segurança da dependência subentendida à proposta da segurança alimentar. É a certeza da subordinação do abastecimento alimentar local aos interesses de sujeitos estranhos ao mesmo. Isso projeta uma alimentação cada vez mais quilométrica e dependente de derivados de petróleo, além de maiores preços para o consumidor final. Em um contexto no qual o acesso aos alimentos é intermediado pelo poder de compra, o aumento dos preços impacta diretamente na redução do acesso das famílias aos alimentos, principalmente para as mais pobres.

Portanto, a defesa da soberania alimentar é a defesa de uma alimentação emancipada do jugo dos atravessadores, de maneira que o movimento dos alimentos traduza o controle dos fluxos nas escalas local e regional (circuitos curtos), no âmbito do estabelecimento de relações diretas entre produtores e consumidores e, por conseguinte, da democratização do acesso das pessoas aos alimentos.

REFERÊNCIAS

BOCARDI, A. E. V. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Dados sobre a comercialização de hortifrúti da CEASA de Presidente Prudente/SP. Mensagem recebida por <valjvalerio@yahoo.com.br> em 16 mar. 2015.

CONAB/PROHORTI. **Programa brasileiro de modernização do mercado hortigranjeiro**. 2013. Disponível em: <<http://dw.prohort.conab.gov.br/pentaho/Prohort>>. Acesso em: 11 out. 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MONTAGUT, X.; VIVAS, E. **Del campo al plato**. Los circuitos de producción y distribución de alimentos. Barcelona: Icaria, 2009. 176p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land**. Rome: Via Campesina, 1996. Disponível em: <<http://www.voiceoftheturtle.org/library/1996%20Declaration%20of%20Food%20Sovereignty.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

VIVAS, E. O direito a decidir aquilo que comemos. In: **Ecodebate**, Cidadania e meio ambiente, 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/10/05/o-direito-a-decidir-aquilo-que-comemos-artigo-de-esther-vivas/>>. Acesso em: 07 mar. 2013.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Food security**: definition glossary. [2014]. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/glossary_e/food_security_e.htm>. Acesso em: 07 fev. 2015.

* Artigo elaborado a partir dos resultados da dissertação de mestrado intitulada “A segurança da dependência e os desafios da soberania: expansão da agroindústria canvieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP”, defendida na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, no ano de 2015.

[1] Além de frutas, legumes e verduras, foram consideradas também raízes e tubérculos: abacate, abacaxi, abóbora cabotiã, abóbora menina, abóbora paulista, acelga, agrião, alface, alho, alho poró, ameixa, amora, atemoia, banana maçã, banana nanica, batata, batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, broto de bambu, caqui, caqui chocolate, caqui duro, cará, carambola, catalônia, caxi, cebola, cenoura, cheiro verde, chicória, chuchu, coco verde, coco seco, coentro, couve, couve-flor, figo, framboesa, fruta do conde, gengibre, goiaba, hortelã, inhame, jiló, kiwi, laranja pera, limão, maçã argentina, maçã fugi, maçã gala, maçã verde, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, mandioquinha, manga, maracujá azedo, maxixe, melancia, melão amarelo, melão verde, milho verde, morango, nabo, pepino caipira, pepino comum, pepino japonês, pera, pera importada,

pêssego, pimenta ardida, pimenta dedo de moça, pimenta doce, pimenta verde, pimentão verde, pimentão amarelo, pimentão vermelho, poncã, quiabo, rabanete, repolho roxo, repolho verde, rúcula, salsinha, tangerina, tangerina decopon, tomate, tomate cereja, uva Itália, uva Magda, uva Niágara, uva rubi, uva Tompson e vagem.

[2] **Todos** os alimentos produzidos em Tupi Paulista/SP e enviados para as CEASAS de Londrina/PR e Presidente Prudente/SP são também adquiridos pelos comerciantes de Tupi Paulista nas próprias CEASAS para serem **revendidos** aos consumidores locais.

[3] Títulos de garantia emitidos por estabelecimentos encarregados da guarda e conservação de mercadorias.

[4] O **malthusianismo** se refere a uma teoria demográfica desenvolvida por Thomas R. Malthus no final do século XVIII. De acordo com essa teoria, ao passo que o crescimento da população aumenta em **progressão geométrica**, a produção de alimentos aumenta em **progressão aritmética**. Nesse sentido, segundo a “Lei de Malthus”, sem a imposição de medidas de controle da natalidade faltariam alimentos para alimentar toda a população e, assim, fome.

[5] Conforme constatei para o caso do município de Tupi Paulista/SP, os atravessadores que buscam os alimentos no campo, compram para **revender** para outros atravessadores (CEASAS, distribuidores, etc.). Muitas vezes estes alimentos são **vendidos e revendidos** no limite do tempo biológico inerente a cada tipo de alimento. Assim, enquanto durarem as características físicas do produto, permanecerá ativo o seu potencial enquanto **mercadoria**.